

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 23, ano 2026 | ISSN: 2675-5432
Editor-chefe: **Dr. Ademar Bogo**

Da invisibilidade à acessibilidade: um breve passeio histórico acerca da deficiência (visual)

Marcos Alexandre Sena da Silva

Governo do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8516-5389>



Recebido em: 10/04/2025
Aprovado em: 22/06/2026
Publicado em: 02/09/2026

Declaração de uso da inteligência artificial

Durante a redação deste artigo, não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial em nenhuma etapa do processo. Todas as ideias, análises e interpretações são de autoria dos(as) pesquisadores(as), que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo. Esta prática está em conformidade com os princípios de integridade acadêmica e das boas práticas editoriais.

Da invisibilidade à acessibilidade: um breve passeio histórico acerca da deficiência (visual)¹

Marcos Alexandre Sena da Silva²

Resumo

Este trabalho apresenta um breve traçado histórico acerca da deficiência, a partir do entendimento social em diferentes épocas, sob o enfoque visual e individual. Neste sentido, destacam-se as evoluções processuais, ideológicas e comportamentais – bem como o empoderamento, intrínseco ao pensamento da inclusão, que atribui poder de decisão e autonomia aos indivíduos principais de tal processo. Ao longo do percurso, também se destaca a acessibilidade, num caminho oposto à invisibilidade – ainda frequente e inconscientemente consumada. Dessa forma, além de destacar importantes pontos históricos (também em busca de discussões futuras), o artigo se propõe a tratar, de modo breve, de conceitos contemporâneos, a fim de realçar a relevância da temática em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual; Pessoas com deficiência visual; Acessibilidade; Visocentrismo.

¹ Este artigo tem como base a dissertação “A morte e a risada de Quincas Berro d’Água: um estudo sobre a audiodescrição num filme de comédia”, de Silva (2018).

² Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Governo do Estado da Bahia. Pesquisa nas áreas de línguas, tradução e acessibilidade.

Abstract

This work presents a brief historical outline about disability, from the social understanding at different times, in a visual perspective, as well as in focus on the individual. In this sense, procedural, ideological and behavioral evolutions stand out – as well as empowerment, intrinsic to the thought of inclusion, which attributes decision-making power and autonomy to the main subjects of such a process. Along the way, accessibility is also highlighted, as opposed to invisibility – still frequent and unconsciously consummated. Thus, in addition to highlighting important historical points (also with a view to future discussions), the article aims to briefly address contemporary concepts in order to underscore the relevance of the subject matter.

KEYWORDS: Visual disability; People with visual disability; Accessibility; Visocentrism.

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), ou *World Health Organization (WHO)*, em seu Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011, sob o título *World Report on Disability*, mais de um bilhão de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 15% da população mundial. Dessas, cerca de 314 milhões de pessoas ao redor do mundo têm os popularmente conhecidos “problemas de visão”, seja por enfermidades oculares ou alterações de refração não corrigidas. Incluem-se, nessa contagem, 45 milhões de pessoas cegas. No Brasil, a Lei n.º 7.853/89 – que, entre outras garantias legais, indicou a obrigatoriedade de se incluírem questões específicas sobre pessoas com deficiência (PcD), termo que será adotado neste trabalho, nos censos nacionais – incorporou tal investigação ao Censo Demográfico de 1991,

realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³.

O Censo de Pessoas com Deficiência (IBGE, 2012), realizado em 2010, foi o primeiro a tratar, exclusivamente, da temática. Nele, verifica-se que mais de 45 milhões de brasileiros – ou, ainda, 23,9% da população – têm algum tipo de deficiência: visual, auditiva, motora e intelectual. Destes, 18,6% são relativos à deficiência visual, a maior ocorrência. No que concerne a regiões, o Nordeste prevalece, com 26,63% da população com pelo menos uma deficiência identificada; a Bahia, por sua vez, chega ao percentual de 25,39% de pessoas com deficiência, dentre 3.558.895 habitantes (IBGE, 2012). Neste sentido, dentre as incontáveis abordagens importantes realizadas pelo último censo, Lenzi (2012) destaca duas: a primeira, o fato de ter partido da capacidade propriamente dita, não mais da questão da dificuldade; a segunda, a retirada do termo “incapaz” da categoria de resposta do questionário.

Esse segundo fato, o da terminologia, acompanhou as mudanças ocorridas ao longo do tempo, que indicam evolução ideológica e comportamental. Nesse sentido, Sassaki (2003) explica que “inválido” foi a nomenclatura que perdurou até o início do Séc. 20, apoiada em instituições, romances, leis, mídia etc.; a partir desta época até meados da década de 1960, surgiu o termo “incapacitados”, que, entre 1960 e 1980, foi substituído por “defeituoso”, “deficiente” e “excepcional”; na década de 1980, o vocábulo “deficiente” passou de substantivo para adjetivo e recebeu o acréscimo de outra palavra: “pessoas” – chegando a “pessoa deficiente”; em 1988, “pessoas portadoras de deficiência” substituiu o termo anterior e foi utilizado até 1993, gerando muita controvérsia acerca do termo “portador”; durante a década de

³ Contudo, Lenzi (2012) afirma que o tema da deficiência é pesquisado desde o primeiro Censo Demográfico realizado, em 1872, ainda pela Diretoria Geral de Estatística.

1990, surgiram expressões como “crianças especiais” e “alunos especiais”, incorporadas a “pessoas com necessidades especiais”.

Acompanhando essa evolução, os anos 2000 foram marcados por eventos mundiais liderados por organizações de “pessoas com deficiência”⁴, expressão que faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2008), adotado, em 2007, pela ONU (Organização das Nações Unidas) (Sasaki, 2003). No Brasil, a convenção em destaque foi aprovada por meio do Decreto Legislativo n.º 186/2008 e promulgada pelo Decreto n.º 6.949, em 2009. Nessa ansiosa busca pela melhor definição, por motivos diversos, chega-se a “pessoas com necessidades específicas”: segundo Jacy (2010), o termo foi atualizado pelo programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (TEC NEP/MEC), que, por sua vez, foi implantado pela Secretaria da Educação Tecnológica (SETEC) e pela extinta Secretaria da Educação Especial (SEESP), ambas do Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, o Decreto nº 7.611, “que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado nas Instituições de Ensino brasileiras” (Brasil, 2011), utiliza tal nomenclatura e serve, ainda, de base para a criação dos chamados Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs).

1 A deficiência visual

A evolução ideológica e comportamental demonstrada por tais terminologias dialoga com um maior en-

⁴ Segundo Sasaki (2003), é o termo preferido por grande parte da comunidade envolvida. Trata-se da terminologia presente na *Declaração de Salamanca*, de 1994, que valorizou o “empoderamento” da área, ou seja, o uso do poder individual para tomar decisões e controlar a situação.

tendimento acerca do indivíduo (suas necessidades, seus direitos), mas, também, com uma melhor compreensão sobre a principal modalidade de deficiência identificada no Brasil: a visual. Ressalta-se, assim, que o “funcionamento” da visão resulta da interação de várias atribuições visuais: acuidade e campo visual, coordenação binocular, sensibilidade ao contraste, adaptação à luminosidade e à escuridão e visão de cores (Leme, 2003). Neste sentido, de acordo com Brandão (2016), a acuidade visual pode ser entendida como a aptidão ocular para distinguir os detalhes espaciais, ou seja, trata-se da capacidade que cada indivíduo tem de identificar a forma e o contorno dos objetos. A autora explica que a baixa acuidade visual ocorre quando o nível de visão é inferior ao que é considerado “normal”. Assim, pessoas com miopia, por exemplo, não possuem baixa visão, uma vez que a nitidez visual pode ser restabelecida com o uso de óculos ou lentes de contato. Nessa lógica, a forma mais correta de medir a acuidade visual é por meio da “Tabela de Snellen”⁵, também chamada de “Gráfico de Snellen” (Brandão, 2016), representada a seguir, na Figura 1.

⁵ Como assinala Brandão (2016), quando o sujeito não é familiarizado com o alfabeto, utiliza-se a “Tabela de Numerais” ou a “Tabela Optotipos”, aconselhada para crianças pequenas, na qual elas indicam com as mãos a direção das barras da letra “E”. Nos casos mais severos da perda visual, avalia-se se a pessoa identifica de onde vem a luz, “PL” ou projeção luminosa, e depois se ela percebe a luz, “PL” ou percepção luminosa.

Figura 1 - Tabela de Snellen

E	1	20/200
F P	2	20/100
T O Z	3	20/70
L P E D	4	20/50
P E C F D	5	20/40
E D F C Z P	6	20/30
F E L O P Z D	7	20/25
D E F P O T E C	8	20/20
L E F O D P C T	9	
F D P L T C E O	10	
P E Z O L C F T D	11	

Fonte: extraído de Brandão (2016)

Conforme Brandão (2016), a difundida avaliação ocular consiste em identificar as letras apresentadas, que diminuem sucessivamente, e é realizada com a tabela posicionada a uma distância padrão da pessoa examinada. Nesse ponto, cada linha da tabela corresponde a uma fração; que representa a acuidade visual – e cada olho deve ser testado separadamente. A acuidade aparece, assim, constatada por duas partes numéricas, fracionadas, como em 20/100, em que a primeira, o numerador, é o indicador da distância entre o quadro e a pessoa, e a segunda, o denominador, representa a fileira com as menores letras que o indivíduo consegue ler (Brandão, 2016).

Dessa forma, as letras “F” e “P”, da segunda linha da Tabela de Snellen, conseguem ser lidas, por exemplo, por uma pessoa com acuidade visual 20/100 à distância de 20 metros; já uma pessoa com acuidade visual total identifica essas mesmas letras da tabela à distância de 100 metros. Nesse cenário, destaca-se que, a partir do exame oftalmológico, no qual a avaliação também ocorre por meio da Tabela de Snellen, é possível identificar e diferenciar a cegueira e a baixa visão (ou visão subnormal, ou, ainda, ambliopia) – sendo esta última:

[...] complexa, devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais [que] englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral (Sá, Campos & Silva, 2007, p. 16).

A diferenciação entre cegueira e baixa visão é, também, abordada pelo art. 5º do Decreto n.º 5.296/2004, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (Brasil, 2004, p. 1). Porém, o referido artigo faz um adendo à concepção de deficiência visual, entendendo que esta se compreende em:

[...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º [sessenta graus]; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Brasil, 2004, p. 2).

Para fins de entendimento, apresenta-se a seguir um quadro referente ao tema, intitulado Quadro 1:

Quadro 1 – Classes de acuidade visual

Classe	Acuidade	%
Normal	20/12 a 20/25	150 a 80
Próximo ao normal	20/30 a 20/60	60 a 30
Baixa visão moderada	20/80 a 20/150	25 a 12
Baixa visão severa	20/200 a 20/400	10 a 5
Baixa visão profunda	20/500 a 20/1.000	4 a 2
Próximo à cegueira	20/1.200 a 20/2.500	1,5 a 0,8
Cegueira total	SPL ⁶	SPL

Fonte: elaboração própria (2021), a partir do portal Vejam (2010)⁷

Em acréscimo ao exposto, Batista e Enumo (2000) explicam que a deficiência visual pode ser congênita ou adquirida. Delou *et al.* (2009) complementam: a primeira é caracterizada como a que nasce com o indivíduo, podendo ser hereditária ou oriunda de complicações ocorridas durante a gestação; a segunda, por sua vez, se apresenta no decorrer da vida do indivíduo, ou seja, ele nasce em plena atividade e depois, por algum motivo, a perde – devido a causas orgânicas ou acidentais (Sá; Campos; Silva, 2007). Albuquerque, Sousa e Guimarães (2015) vão além e afirmam que a deficiência congênita também pode se manifestar até os cinco anos de idade e que a adquirida é causada por meio de “enfermidades” ou acidentes após os cinco anos de vida. Nessa linha, Ormelezi (2006) afirma que, ao perder a visão até essa idade, a criança não possui uma memória visual a partir da qual pode realizar as construções mentais das imagens, cores e luzes, às quais já teve acesso.

2 Vygotsky e os três períodos não nomeados

Em *El niño ciego*, de 1929 (1997), Vygotsky propôs uma tríade de períodos acerca da deficiência e de seus

⁶ Trata-se da acuidade visual sem percepção luminosa.
⁷ Disponível em: <http://www.vejam.com.br/baixavisao/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

elementos ao longo do tempo. Os períodos não foram nomeados, mas caracterizados como: (a) místico, (b) biológico ou ingênuo, e (c) científico ou sociopsicológico. No primeiro, compreendido entre a Antiguidade (por volta de 4.000 a.C. e 476 d.C.), a Idade Média (entre os Séc. X e XV) e a História Moderna (concebida, aproximadamente, entre 1453 e 1789), a deficiência, seja ela de qualquer ordem, como aponta Silva (1986), era entendida como uma miséria, uma infelicidade da humanidade. Há, neste período, uma contradição: por um lado, o cego era tratado como inválido e indefeso, chegando a ser abandonado à própria sorte; por outro, era considerado portador de uma força mística superior, ou demoníaca ou resultante de punições das divindades ou dos seres superiores (Silva, 1986).

O segundo período proposto por Vygotsky⁸ (1997) corresponde à época do Iluminismo, no Séc. XVIII, e trouxe uma nova compreensão acerca do tema. A mística deu lugar à ciência. Nessa linha, um grande feito histórico da época ocorreu com os avanços da psicologia, que levaram à criação da educação e do ensino para pessoas cegas, incorporando-as, mesmo que de forma precária, à vida social e à cultura (Vygotsky, 1997). Vygotsky (1997) ainda registra que a época também ficou marcada pelo enten-

⁸ Vale ressaltar que, nessa época, segundo Silva (1986), houve um grande feito: em 1819, um oficial do exército francês, Charles Barbier, apareceu com uma novidade: adaptar o que chamou de “sonografia” para o uso dos cegos. Tratava-se de um processo de escrita codificada e expressa por pontos salientes, com representação em 36 sons básicos da língua francesa. Alguns anos mais tarde, em 1833, surgiu, nos Estados Unidos, o primeiro livro para cegos – um alfabeto criado pelo educador Frielander. Porém, informações antagônicas britânicas davam conta de que o primeiro livro para cegos já havia surgido, em 1827, na Inglaterra. Contudo, antes mesmo de tais fatos, em 1825, o francês Louis Braille, baseando-se na ideia de Charles Barbier, desenvolveu seu sistema: com apenas seis pontos em relevo, conseguiu noventa e seis símbolos para letras comuns e acentuadas, números e pontuação. Na França, a adoção a tal sistema só ocorreu em 1854, dois anos após a morte do seu idealizador.

dimento de compensação dos órgãos, ou seja, haveria, nesse sentido, por exemplo, uma elevação das funções do tato e do olfato para um indivíduo cego. Contudo, essa concepção biológica, intitulada ingênua, por Vygotsky (1997), foi rapidamente refutada, mas trouxe uma grande contribuição: o fato de que, pela primeira vez, a cegueira não foi abordada como um defeito, mas como um fator mobilizador de novas forças e funções relativas à vida e às atividades (Batista & Enumo, 2000).

O terceiro período proposto por Vygotsky (1997), classificado de científico ou sociopsicológico, é referente à Época Moderna, que ficou caracterizada por pensar numa mobilização completa do aparelho psíquico em compensação ao funcionamento insuficiente de um órgão (Batista & Enumo, 2000). Trata-se, assim, de uma reorganização complexa de toda a atividade psíquica, a fim de combater o impedimento sensorial. Segundo Batista e Enumo (2000), estimulado, o organismo buscaria, então, alternativas para compensar a perda de um órgão – por meio do desenvolvimento dos outros sentidos, não em substituição de um por outro. Exemplificadamente, elas complementam que o tato deve ser entendido como um meio importante de obtenção de informações para uma pessoa com deficiência visual (PcDV), mas não como uma forma de “compensação sensorial”.

Vygotsky (1997) reconhece que a cegueira cria dificuldades a muitas atividades da vida social, porém, também entende que a condição de tal deficiência é meramente instrumental, podendo ser considerada uma força, uma fonte de manifestação das capacidades – por mais paradoxal que possa parecer. Para Vygotsky (1997), há potencial para um desenvolvimento normal, a depender do ambiente físico e social no qual o indivíduo cego está inserido. Trata-se, assim, de uma abordagem pautada na busca pela “superação do defeito” (Batista & Enumo, 2000). Dessa forma, ao contrário do que se pregava, com a priorização das “perdas” resultantes da deficiência, Vygotsky (1997) focou no indivíduo e em seu potencial.

Em conformidade com o exposto, Diniz (2007) aponta; inclusive, a revisão do termo *handicap*, ou “desvantagem”, proposto pela OMS, em 1980, na Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e *Handicap*, ou *International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps* (ICIDH), a fim de sistematizar a linguagem biomédica, afirmando que o termo poderia enfraquecer o combate político da deficiência. Nesse seguimento, a autora afirma que a revisão da ICIDH foi concluída em 2001 e que, com a divulgação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), *International Classification of Functioning, Disabilities and Health*, houve uma mudança na perspectiva: passou-se a encarar a deficiência como pertencente aos domínios da saúde, com base no corpo, no indivíduo e na sociedade, não mais como uma consequência de doenças, tal como recomendado pela ICIDH.

A mudança de pensamento ao longo do tempo, refletida em alterações terminológicas e ideológicas relacionadas às pessoas com deficiência, alcançou inúmeras vertentes. Entre elas, destaca-se a da Educação Inclusiva, que apresenta paradigmas cujos termos conceituais podem ser confortavelmente estendidos a outras áreas. Como aponta Aranha (2011), trata-se dos paradigmas de serviços e de suporte – ou, respectivamente, dos modelos de integração e inclusão social. O primeiro, pautado pelo princípio da normalização, como indica Damaso (2011), visa inserir as pessoas com deficiência ao padrão considerado “normal”, ou seja, o indivíduo deve se adequar ao meio no qual está inserido, tornando-se agente principal dos processos, capaz de agir de forma independente. O segundo, o paradigma de suporte, busca a inclusão social e a confraternização de cidadãos em espaços que contenham acessibilidade, ou seja, define-se por entender que um ambiente ou um aparelho seja acessível para todos. Dessa forma, uma sociedade plural e inclusiva se alicerça

[...] [n]a autonomia, [n]a independência na capacidade de decisão, [n]a igualdade de oportunidades, [n]o *empowerment*, [n]a valorização da diferença, [n]a responsabilidade cívica de todos e [n]a implementação de políticas de *mainstreaming* (Neves, 2011, p. 398).

O termo *empowerment*, ou “empoderamento”, intrínseco ao pensamento da inclusão, tem sido utilizado em diferentes áreas do conhecimento e, como indicam Romero e Souza (2008), já é considerado outro paradigma que há muito se dá nos países mais avançados. Tal modelo “se refere à garantia de poder de decisão e de determinação para o deficiente encaminhar sua própria vida, objetivando promover sua autonomia” (Romero; Souza, 2008, p. 3.095)⁹. Como indica Baquero (2012), a Tradição do *Empowerment* (*Empowerment Tradition*) nasceu nos Estados Unidos, na segunda metade do Século XX, e tem suas origens na Reforma Protestante, iniciada por Lutero, no Séc. XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta por justiça social. No Brasil, Baquero (2012) afirma que o pensamento freireano entendeu o “empoderamento” de modo mais amplo: não apenas como uma ideia individual ou psicológica, mas como um processo de ação coletiva que ocorre na interação entre os cidadãos e que envolve, impreterivelmente, um desequilíbrio nas relações de poder da sociedade.

Dessa maneira, entender o indivíduo e pensar sobre ele e sobre as questões que o envolvem fazem com que a deficiência individual passe a ser compreendida de forma abrangente, não mais como uma limitação opressora, mas como uma realidade que requer acessibilidade. Para Sassaki (2009), a acessibilidade é um paradigma da sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns se tornam adequados para a diversidade humana

⁹ De acordo com Romero e Souza (2008), a citação parte de um curso ministrado pela Prof.^a Maria Cândida Soares Del-Masso, na Prefeitura Municipal de São Paulo, no dia 11/07/07.

- “composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência entre outros atributos” (Sassaki, 2009, p. 1). Todos, de acordo com Sassaki (2009), com a participação da própria comunidade em questão na formulação e execução dessas adequações.

Sobre a acessibilidade, Sassaki (2009) conta que, nos anos 1990, houve o surgimento de importantes questões, no contexto brasileiro: dentre elas, (a) o desenho universal, no qual ambientes, meios de transportes e utensílios devem ser projetados para qualquer cidadão; (b) o paradigma da inclusão e da visão da diversidade humana, ampliando a noção de acessibilidade; (c) as normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência; e, por fim, (d) a “Carta para o Terceiro Milênio”, aprovada pela Assembleia Governativa da *Rehabilitation International*, em 1999, a fim de “estender o acesso a todos os recursos da comunidade” (Sassaki, 2009, p. 9).

3 Visocentrismo, inclusão sociocultural e acessibilidade

Como aponta Classen (1997), a visão começou a se distanciar dos outros sentidos a partir dos Séc. XVIII e XIX, também por consequência do Iluminismo. Despertado, entre outros, por John Locke, apontado por Chalmers (1993) como um dos primeiros empiristas modernos, o chamado “Século das Luzes” tinha o objetivo de “iluminar as trevas em que se encontrava a sociedade” (Tallarico & Golini, 2013, p. 37). Nessa época, dois fatores serviram como pilares visocêntricos da modernidade ocidental: o primeiro, foi a disseminação da palavra escrita como suporte de informação e comunicação – o que consolidou o uso da imprensa e popularizou o livro impresso e a literacia (que constituiu a etapa final da passagem de uma cultura tradicionalmente baseada na oralidade do conhecimento, para um contexto fundamentado nas faculdades da escrita e da leitura) (Martins, 2006); o

segundo momento se deu pelo reconhecimento da visão como “sentido da ciência”, como explica Martins (2006). Essa aproximação entre as áreas fez com que se percebesse que, na prática científica, a visão era o sentido mais utilizado (Chalmers, 1993).

A partir disso, as verdades empíricas do universo passaram a ser vistas, e “o conhecimento científico foi depositado em acessórios visuais, como mapas, cartas e diagramas” (KRZNARIC, 2013, p. 117). Para Classen (1997), a “Teoria da Evolução”, postulada por Charles Darwin, em 1859, abraçou o entendimento da visão como ciência e, por conseguinte, um centrismo visual, ao concebê-la como o sentido da civilização. Dessa forma, Classen (1997) considera que o olfato, o tato, o paladar e a audição, vistos como “inferiores”, perdiam importância conforme o “homem” ascendia na escala da evolução. Ao fim do Séc. XIX e durante o Séc. XX, o papel da visão na sociedade foi ampliada, em decorrência de tecnologias visuais de extrema importância, (como a fotografia e o cinema) (Classen, 1997). Por esse motivo, é possível estender a informação precedente ao século atual, o qual, conforme Krznaric (2013), abriga uma sociedade hipervisual.

Ainda como impulsor visocêntrico quase imperceptível, tem-se a língua (seja ela falada ou escrita), que, em diversos casos, fomenta o culto à visão. Desse modo, num relacionamento, é possível “estar cego de amor” ou “não conseguir enxergar” os defeitos do outro, seguindo uma mesma lógica; em circunstância parecida, mas posição invertida, é possível “fazer alguém abrir os olhos” e tomar conhecimento de uma situação. Paradoxalmente, o amor, que já é adjetivado como cego, quando surgido na mirada de um primeiro encontro, é chamado de “à primeira vista”; “a primeira impressão é a que fica”, dizem; mas, como, se “as aparências enganam”?; a fim de evitar uma possível mágoa, diz-se que “o que os olhos não veem, o coração não sente”; sobre desejos, é possível “comer com os olhos”; o ditado sentencia: “quem não é visto não é lembrado”; se houver dúvidas, pode-se “pagar para ver” ou

afirmar que “só acredita vendo”; quando em discordância da sentença aplicada, há a acusação de que “a justiça é cega”; em meio à ignorância, quem pouco sabe muito sabe, ou “em terra de cego, quem tem olho é rei” etc.

4 Breve explanação sobre a acessibilidade visual com foco na audiodescrição

De forma sintética, a noção mais difundida de audiodescrição (AD) é a de que se trata de uma transposição de imagens em palavras (Franco & Silva, 2010) – portanto, uma tradução intersemiótica, a partir do conceito apresentado por Jakobson (2000), consistindo em uma tradução entre diferentes signos, um verbal e um não-verbal. Em termos gerais, a AD pode ser gravada ou simultânea; (nesta última, também dita “ao vivo”, é possível encontrar a AD voltada para o futebol, a locução audiodescritiva, tema deste trabalho). Em outras palavras, a audiodescrição é um recurso tradutório voltado; primariamente; a pessoas com deficiência visual, a fim de permitir a acessibilidade; em busca da equidade social. Porém, como apontam Silva e Barros (2017), os benefícios de uma audiodescrição também podem alcançar pessoas com deficiência intelectual (Carneiro, 2020), com autismo (Fellowes, 2012) e até mesmo surdos (Ribeiro; Lima, 2012) – anteriormente, já se apontava possibilidade de benefícios a idosos e disléxicos (Motta & Romeu Filho, 2010).

Ainda que o ato de descrição do mundo visual, tal qual se propõe a audiodescrição, seja imemorial, é possível definir seu ponto de partida, em termos técnicos, profissionais e acadêmicos (Franco & Silva, 2010). Em âmbito mundial, nos Estados Unidos e na Europa, a AD foi empregada pela primeira vez na década de 1980: no primeiro caso, em produções teatrais e gravações em fitas cassete reproduzidas em lugares como museus, parques e monumentos; no segundo caso, em produções amadoras britânicas, tendo a Espanha como pioneira em material

audiovisual gravado. No Brasil, considera-se como marco o ano de 2003, quando foi utilizada em público pela primeira vez, durante o festival Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência (Franco & Silva, 2010) – completando, então, uma “existência oficial” de 18 anos, envolvendo múltiplas temáticas.

Assim, trabalhos recentes¹⁰ em AD versam, por exemplo, sobre Tecnologia Assistiva (TA), com base em framework de audiodescrição poética (Menezes, 2019); sobre como tornar uma produção audiovisual menos visocêntrica (2019); sobre charges e cartuns em livros didáticos digitais (Silveira, 2019); sobre contação de histórias inclusivas (Luiz *et. al.*, 2020); sobre áudios em resumos de artigos acadêmicos (Santos; Tartarotti, 2020); sobre a acessibilidade em eventos científico-culturais (Monteiro; Fernandes, 2021); e sobre as lacunas existentes nas locuções esportivas radiofônica e televisiva (Leão & Silva, 2020) – este último, constantemente referenciado neste artigo, dada a temática, a fim de contribuir para a difusão da locução audiodescritiva.

Considerações finais

As transformações sociais e processuais ocorridas ao longo do tempo, tanto sobre a deficiência e seus desdobramentos como sobre os indivíduos envolvidos nesse cenário, apontam para uma evolução: passa-se de sujeitos considerados inválidos à sociedade para cidadãos empoderados, com direitos; sai-se, portanto, de um lugar de invisibilidade para uma conjuntura de surgimento e crescimento gradativo da acessibilidade, que, por sua vez,

¹⁰ Por uma questão meramente restritiva, considerou-se algumas pesquisas relacionadas à audiodescrição, a partir do ano de 2019 – ou seja, neste momento, trabalhos com até sete anos de publicação. A delimitação do período foi, portanto, opcional; a relação das obras, aleatória.

possibilita a inclusão social ou sociocultural desse grupo, em busca de equidade, —e de forma antagônica à exclusão que, em diversos aspectos, ainda atinge as pessoas com deficiência.

No âmbito da deficiência visual, o visocentrismo, habitual e constante, justifica a temática abordada: ainda que em contexto mais propício do que em épocas anteriores, alguns discursos e certas ações relativos à deficiência permanecem, reforçam perspectivas discriminatórias e precisam ser questionados, repensados e discutidos, a fim de ratificar representações sociais, políticas e culturais.

Referências

Albuquerque, M. E. B. C. de, Sousa, M. R. F. de, & Guimarães, Í. J. B. (2015). Organização da informação e acessibilidade para usuários deficientes visuais em bibliotecas, arquivos, museus e web. *Biblionline*, 11(2), 43–56. <http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/27627/15189>

Aranha, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21), 160–173. <http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>

Baquero, R. V. A. (2012). Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, 6(1), 173–187. <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/issue/view/1650>

Batista, C. G., & Enumo, S. R. F. (2000). Desenvolvimento humano e impedimentos de origem orgânica: O caso da deficiência visual. In H. A. Novo & M. C. S. Menandro (Orgs.), *Olhares diversos: Estudando o desenvolvimento humano* (pp. 157–174). UEFS.

Brandão, M. L. (2016). *Entendendo o que é acuidade visual*. <http://www.stargardt.com.br/entendendo-o-que-e-acuidade-visual/>

Brasil. (1989). *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. D.O.U., 24 out. 1989.

Brasil. (2004). *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. D.O.U., 3 dez. 2004. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-normaa-tualizada-pe.pdf>

Brasil. (2008). *Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008*. D.O.U., 9 jul. 2008.

Brasil. (2011). *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. D.O.U., 17 nov. 2011.

Carneiro, B. C. dos S. (2020). *Recriando o roteiro de audiodescrição para a pessoa com deficiência intelectual* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia.

Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência afinal?* Brasiliense.

Classen, C. (1997). Fundamentos de una antropología de los sentidos. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 153. <https://pt.scribd.com/doc/115749901/Antropologia-de-los-Sentidos>

CORDE. (2010). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo facultativo*. Brasília, DF.

Damaso, M. C. de M. C. (2011). *As barreiras arquitetônicas como entraves na inclusão de alunos com deficiência física* (Monografia). Universidade de Brasília.

Darwin, C. (2014). *A origem das espécies* (Obra original publicada em 1859). Martin Claret.

Delou, C. M. C., Oliveira, E. da S. G. de, Santos, F., & Mazzillo, I. B. C. V. (2009). *Educação inclusiva*. IESDE Brasil S.A.

Fellowes, J. (2012). Espectro autístico, legendas e áudio-descrição. *Revista Brasileira de Tradução Visual*, 13. <http://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/15-espectro-autistico-legendas-e-audio-descricao-por-judith-fellowes-traducao-de-tereza-r-gomes.pdf>

Franco, E., & Silva, M. C. C. da. (2010). Audiodescrição: breve passeio histórico. In L. M. V. M. Motta & P. Romeu Filho (Orgs.), *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1991). *Censo Demográfico 1991*. IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Censo Demográfico 2000*. IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência*. IBGE.

Jacy, M. A. (2010). *A inclusão de pessoas com necessidades específicas nos cursos de extensão do NAPNE/CEFET-MG* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3273/1/Maria%20Auxiliadora%20Jacy.pdf>

Jakobson, R. (2000). On linguistic aspects of translation. In L. Venuti (Ed.), *The translation studies reader* (pp. 113–118). Routledge.

Krznicar, R. (2013). *Sobre a arte de viver: Lições da história para uma vida melhor* (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Zahar.

Leão, B., & Silva, M. A. S. da. (2020). Audiodescrição no futebol: Uma análise comparativa entre as locuções radiofônica e televisiva no jogo Vitória x Ceará. *Revista Caleidoscópio: Literatura e Tradução*, 4(1), 82–106.

Leme, M. E. S. (2003). *A representação da realidade em pessoas cegas desde o nascimento* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_26dcf98c7a2b3240fce628172516b363

Lenzi, M. B. (2012). Os dados sobre deficiência nos Censos Demográficos Brasileiro. In *18º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ENCE.

Luiz, J. M., Goulart, C. C. D., Forner, K. F. M., & Silva, V. C. da. (2020). Contação de histórias inclusivas: Olhares sobre a audiodescrição. *Revista da 16ª Jornada da Pós-Graduação e Pesquisa – Congrega Urcamp*, 16(16), 105-110.

Martins, B. S. (2006). *E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência*. Edições Afrontamento.

Menezes, M. (2019). *ADp: Framework de audiodescrição poética* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília.

Monteiro, F. V., & Fernandes, E. M. (2021). Eventos sobre acessibilidade são acessíveis? *Brazilian Journal of Development*, 7(2), 12913-12925.

Motta, L. M. V. de M., & Filho, P. R. (2010). Apresentação. In L. M. V. de M. Motta & P. Romeu Filho (Orgs.), *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.

Neves, J. (2011). *Guia de audiodescrição: Imagens que se ouvem*. INR/IPL.

Ormelezi, E. M. (2006). *Inclusão educacional e escolar da criança cega congênita com problemas na constituição subjetiva no desenvolvimento global: Uma leitura psicanalítica em estudos de caso* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062007-111924/pt-br.php>

Portal Vejam. (2026). *Baixa visão*. <http://www.vejam.com.br/baixavisao/>

Rehabilitation International. (1999). *Carta para o Terceiro Milênio*. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf

Relatório mundial sobre a deficiência. (2012). *World report on disability 2011* (Lexicus Serviços Linguísticos, Trad.). SEDPcD.

Ribeiro, E. N., & Lima, F. J. de. (2012). Contribuições da áudio-descrição para a aprendizagem de educandos surdos. *Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTv)*, 10.

Romero, R. A. S., & Souza, S. B. de. (2008). Educação inclusiva: Alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In *EDUCERE - Anais*. http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf

Sá, E. D., Campos, I. M. de, & Silva, M. B. C. (2007). *Atendimento educacional especializado - deficiência visual: Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão*. SESP/SEED/MEC.

Santos, G. C., & Tartarotti, R. C. D. (2020). Aplicabilidade da audiodescrição e inclusão de áudios nos resumos dos artigos do Portal de Periódicos Científicos da UNICAMP. In *ABEC Meeting Live 2020 - Anais*. Associação Brasileira de Editores Científicos. <https://doi.org/10.21452/abecmeeting2020.04> (doi.org in Bing)

Sassaki, R. K. (2003). Como chamar as pessoas que têm deficiência. In R. K. Sassaki, *Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos* (pp. 12-16). RNR.

Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 12, 10-16. https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319

Silva, M. C. C. da, & Barros, A. (2017). Formação de audiodescritores consultores: Inclusão e acessibilidade de ponta a ponta. *Revista da FAEBA*, 26(50).

Silva, M. A. S. da. (2018). *A morte e a risada em Quincas Berro d'Água: Um estudo de caso sobre a audiodescrição num filme de comédia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia.

Silva, O. M. da. (1986). *A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. CEDAS.

Silveira, D. M. M. (2019). *Audiodescrição de charges e cartuns no livro didático digital: Uma proposta de parâmetros à luz da gramática do design visual* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia.

Tallarico, R., & Golini, V. L. de S. (2013). *Estado e soberania: Perspectivas no direito internacional contemporâneo*. D'Plácido.

Vygotsky, L. S. (1997). El niño ciego. In L. S. Vygotski, *Obras escogidas V: Fundamentos de defectología* (pp. 99-113). Visor.

World Health Organization. (1980). *International classification of impairments, disabilities, and handicaps*. WHO.